

A Defesa da Habitação e a Ofensiva aos Cortiços: um Aspecto Sensível.

RAFAELA CRISTINA MARTINS*

O enfoque sobre habitação que proponho nesta análise, parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, e se apoia na análise dos argumentos presentes nos discursos de especialistas da Jornada da Habitação Econômica. O enfoque desse mestrado está em compreender como a concepção de casa própria unifamiliar, hoje tão difundida como uma das principais aspirações da população em geral no Brasil, se forma em meio à difusão de saberes especializados fundamentados em argumentos técnicos e legitimados por preceitos científicos.

Ao remeter para o caráter científico dos preceitos, seus autores buscam afirmar o caráter objetivo e neutro das propostas, a análise da documentação pode esclarecer os interesses políticos. Cito como elemento fundamental a questão do gerenciamento do espaço habitacional cuja finalidade revela um caráter pedagógico e por isso disciplinador, regulamentador das relações entre os indivíduos de uma família. Esses debates visavam evidentemente a família do trabalhador, alvo de um empreendimento pedagógico composto por várias áreas profissionais. A Jornada de 1941 teve ampla gama de profissionais graduados como advogados, engenheiros e assistentes sociais.

Acredito ser importante sublinhar a explosão demográfica que modificou de vários modos a configuração física e cultural da cidade de São Paulo, dada a presença de grande número de imigrantes acolhidos no final do século XIX e início do XX, em virtude da política migracional brasileira. Os dados apresentados por Michael Hall mostram que a população na cidade de São Paulo, em 1893 era constituída por 54,6% de estrangeiros e que, mesmo após a redução do movimento imigratório em 1920, a percentagem de imigrantes permanecia ainda em 35% (HALL, 2004: 121).

A grande maioria desses imigrantes chegava com condições financeiras precárias, e a despeito do evidente crescimento de indústrias implantadas na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX, os empregos por elas oferecidos mostraram-se insuficientes para absorver toda a população. Maria Inez Machado Borges Pinto busca desvendar a realidade do trabalhador no final do século XIX e início do XX e indica não prevalecerem os empregos estáveis dentro das fábricas e o

quanto a classe pobre dependia para sua sobrevivência de trabalhos informais (PINTO, 1994: 129-183). Sua pesquisa oferece novas nuances da sociedade que se instalava na capital paulista no período.

Não apenas a sociedade se diversificou como também o espaço. A leitura de documentos oficiais permite identificar novas demandas com base em solicitações de melhorias da parte dos moradores: abrir estradas, praças, ruas, calçar ruas, elevar pontes e pontilhões, instalar encanamentos de água e bueiros. Uma lista de melhoramentos e obras realizadas consta das Atas da Câmara de 1873 e expressa as demandas de bairros carentes da cidade. Os requerimentos apresentados nessas atas provêm de áreas como: Freguesia da Sé, Freguesia do Brás e Freguesia de Santa Ifigênia (DIAS, 1989: 42).

Os problemas ocasionados pelo crescimento populacional e pelas modificações urbanas vinculam-se diretamente à questão habitacional. Em decorrência da procura por moradias os aluguéis alcançavam altos preços e provoca a proliferação dos cortiços em várias áreas da cidade. Os relatórios oficiais da Diretoria de Higiene expõem a situação desses bairros, suas precárias condições de higiene e eram reconhecidos como os principais focos de doenças epidêmicas. A situação tornava-se mais assustadora dado que, no final do século XIX, muitas dessas habitações se localizavam no centro da cidade, inclusive próximos a bairros residenciais das classes média e alta (BONDUKI, 2004: 32-33). Parte integrante da opção por eliminar tais habitações também obedecia à intenção de melhorar em termos estéticos algumas áreas da cidade, por meio de delimitações na ocupação de algumas áreas, um pré-zoneamento, ainda que a principal justificativa se baseasse na melhoria das condições sanitárias para seus habitantes.

A política pública de controle da edificação popular no final do século XIX vem exposta no capítulo dedicado à habitação do *Padrão Municipal*, como parte do Código de Posturas de 1886. Nesse capítulo estipulavam-se regras para os cortiços e casas populares, denominadas no documento como casas operárias e cubículos: dimensões referentes à área, pé direito, portas e janelas mínimas, medidas do porão, entre outras. De acordo com esse padrão, as habitações desse tipo também deveriam se localizar fora do perímetro comercial e só seriam edificadas sob licença da Câmara. Essas ressalvas podem ser claro indício do desejo de melhorar esteticamente áreas centrais da cidade, afastando a população pobre e suas formas de habitar. Também os Códigos Sanitários

de 1894 e 1918 mantêm definidas as medidas relativas à habitação. Segundo Cristina Campos:

Em sua fase urbana, o sanitário caracterizou-se pela elaboração de regulamentos [se refere aos Códigos Sanitários de 1894 e 1918], tanto para a parte física, com a definição de medidas de arruamentos, de habitações etc., como para o cotidiano na cidade, pois a nova estruturação urbana trouxe consigo novos hábitos para os habitantes (CAMPOS, 2002: 38).

Em princípio as ações mais efetivas de intervenção nas moradias da população foram iniciativas sanitárias tomadas em decorrência das alarmantes epidemias ocorridas no final do século XIX. Entretanto, como alerta Josianne Cesaroli¹, essas intervenções na cidade não podem ser explicadas somente pelo crescimento demográfico. Deve-se entender, prossegue, que os debates sobre a cidade envolveram profissionais detentores de conhecimentos especializados, como a engenharia, o urbanismo, o sanitário, e se intensificaram e modificaram os preceitos utilizados pelas autoridades municipais em suas avaliações das condições urbanas:

Na verdade procuro dar relevo ao emaranhado complexo de questões que reformularam inteiramente o urbano, vinculando-o a novos saberes e experiências que lidavam com novas relações sociais, a novas práticas cotidianas, a diferentes possibilidades políticas (CESAROLI, 2004: 111).

É nesse quadro de novas experiências pelas quais passava a cidade de São Paulo que proponho a análise da questão habitacional. Dentre os especialistas destaco os engenheiros que no período anterior a 1930 participavam ativamente do debate sobre a habitação e passaram a se organizar com a finalidade de regulamentar a sua profissão e manter a difusão e a circulação dos conhecimentos da área por meio de encontros científicos e a publicação de periódicos a serem divulgados pelo país². Já em 1941 com a Jornada da Habitação Econômica, que teve a participação de grande diversidade de especialistas, mostra como o debate sobre a habitação extravasou para vários ramos do conhecimento. Portanto, era um período em que se multiplicam os debates e posições diferenciadas que esclarecem os caminhos tomados para a formação de uma concepção habitacional na época.

¹ Em termos teóricos, Cesaroli faz parte de uma historiografia mais recente sobre São Paulo.

² A tese *Autoridade, poder, ajustamento: engenheiros e a construção de uma nova ordem na São Paulo republicana (1892-1940)* (Arasawa, 2005) é pioneira na proposta de compreender a formação e legitimação dos engenheiros como classe social detentora de autoridade.

Em parte as posturas expostas na Jornada expressam as perspectivas assumidas pela instituição responsável por esse evento, o IDORT. Essa instituição, embora tivesse seu enfoque prioritário dirigido para a racionalização do trabalho, não deixou de mostrar ativo interesse para a questão das condições de vida e moradia do trabalhador. Aldo Mário de Azevedo³, com apoio de Roberto Simonsen, tomaria a iniciativa de fundar uma instituição que desse apoio e divulgação para a organização científica do trabalho em São Paulo. Isto só se concretizou em 1929, graças à união de industriais paulistas com o grupo do *O Estado de S. Paulo*, que inicialmente organizou e financiou o IDORT.

Como já citado, essa instituição foi responsável pela Jornada de Habitação Econômica. Prevaleceu nesse evento a tese de que a habitação do operário constituía parte do princípio de organização do trabalho, dado representar a casa meio eficaz para educar e manter o indivíduo na condição de operário disciplinado. Um dos principais argumentos dessa linha de pensamento é que o ambiente doméstico bem constituído deveria manter a família do trabalhador, e ele mesmo, longe de vícios e alheios a descontentamentos ou rebeldias, em suma, dentro dos moldes de vida então considerados sadios.

Pierre Ansart e o sensível

A pesquisa da dimensão sensível de determinadas questões políticas e sociais, na esteira de Pierre Ansart, demanda, segundo o mesmo, alguns cuidados metodológicos. A documentação utilizada por vezes não expõe o objeto em si, mas passa muito próximo de, ou, apresenta os “sintomas” do que é buscado pelo pesquisador. Segundo Ansart os principais documentos para investigar tal questão são aqueles ligados aos costumes, e a análise dos discursos e da linguagem pode apresentar determinadas pistas. Exemplos disto são linguagens depreciativas, imagens caricatas e perversas utilizadas na religião, numa conversa de família ou na literatura, esta forma de discurso pode embasar ressentimentos:

O historiador tem, também, a obrigação de estudar as linguagens, os modos de comunicação e transformá-los em sintomas: as distâncias alimentadas pela incompreensão recíproca das línguas, pelas imagens depreciativas nos contos ou nas brincadeiras familiares, nas representações agressivas

³ Engenheiro, administrador e proprietário da Fábrica de Tecidos Japhy em Jundiá (ANTONACCI, 1993: 109).

veiculadas pelas religiões. E, no final de todo este trabalho, será preciso ainda mostrar como estes costumes, estas atitudes, estas linguagens articulam-se para embasar ressentimentos, e eventualmente, permitir que se atravessasse a distância entre este ressentimentos e a violência aprovada e encorajada (ANSART, 2001: 29).

Outro enfoque de Ansart são discursos religiosos e de líderes políticos, que dentre seus temas apresentam insatisfações e ressentimentos reunidos formando uma gama de argumentações para a atração de fiéis ou eleitores, como colocado pelo autor.

Portanto, Ansart trabalha com a mobilização de sentimentos nos campos político e religioso como forma de argumentação, para isso ele analisa a tensão produzida por adjetivos, imagens e outras formas de argumentação nos discursos. Com base nisto proponho pensar que a mobilização de sentimentos pode estar presente em outras formas de discursos, como os textos de saberes especializados de engenheiros, arquitetos e médicos tratando sobre habitações.

Um aspecto sensível do discurso sobre habitação

Em um trecho do Conselho Superior de Saúde Pública sobre os cortiços, veiculado na imprensa em 1896, demonstra através de imagens e adjetivos como um discurso chamado de técnico pode produzir sentimentos:

Em uma cidade como esta [...] com tantos cortiços que em si recebem uma lotação superior à que prescrevem os preceitos da ciência, é fácil prever que eles representam um vulcão prompto a fazer erupção, logo que se apresentem condições favoráveis. E não se pode duvidar que essas asquerosas residências devem ser extintas, por isso que os factos demonstram que ellas representam uma sala de espera da morte (ROLNIK, 1981: 55).

Esse trecho bastante dramático expõe o posicionamento do governo em relação aos cortiços, morada da maioria de trabalhadores e classe pobre no final do século XIX. Primeiramente o discurso faz uma analogia entre o número de cortiços e um vulcão prestes a entrar em erupção. A imagem do alto número de moradas precárias é vista como o prenúncio de uma catástrofe. Não é preciso ir muito longe numa análise e entender que catástrofes assim geram mortes e pânico. Essa imagem talvez esteja baseada em alguns pressupostos, como o perigo das doenças e talvez o receio de que cortiços, e formas de moradia com adensamento de pessoas, poderiam gerar uma convivência mais estreita entre os mais pobres que resultaria numa união contra as

elites, um levante popular. Embasado nas epidemias também é pintada a próxima imagem marcante “sala de espera da morte”.

A indicação da habitação insalubre, nesse excerto, parece ultrapassar questões puramente científicas, anuncia a morte como consequência para quem habita cortiços, de modo que esse seria o lugar da morte, do mal, que causa, obviamente, medo e pânico. Pierre Ansart cita Nietzsche ao explicitar como a definição do mal e do bem opera nos ressentimentos:

Nietzsche evoca no início de La généalogie de la morale a redefinição do bom e do mal, que se opera no ressentimento. Se somos vítimas de indivíduos que nos prejudicam e ferem nossas liberdades, experimentamos e estimamos que estes indivíduos sejam malévolos, enquanto nós seríamos os bons. As forças que me são hostis são nefastas e perversas, enquanto eu próprio sou justo e inocente do mal que me é feito (ANSART, 2001: 21).

A morte e consequências nocivas, que o resto da cidade pode sofrer, estão associadas aos cortiços, habitações insalubres que devem, por isso, ter seu fim. É possível concluir que existe no trecho apresentado uma “urgência de emocionar” (ANSART, 2002: 68), como o autor intitula a parte de outro texto chamado “Mal-estar ou fim dos amores políticos?”. Nesse trabalho o autor questiona a política contemporânea e a apatia, ou abandono, da população em relação a ela. Não haveria mais o fazer política pelo povo, haveria sim os políticos, pessoas direcionadas para a prática da política, algo distante, sem envolvimento com a vida cotidiana. Ao passo que a disputa na política seria realizada através dos discursos desses personagens, atacando adversários, através de argumentos que devem emocionar eleitores.

Segundo Ansart os discursos políticos imputam aos seus adversários características malévolas, o Conselho Superior de Saúde Pública parece fazer o mesmo em relação aos cortiços:

É preciso levar ao extremo a virulência das denúncias, associar ao adversário as imagens de violência e de morte, designá-lo como o agressor irracional, mobilizar contra ele os temores, e, em contrapartida, aparecer como a potência de vida ou, pelo menos, como a garantia para se evitar o pior (ANSART, 2002: 69).

Se o discurso do Conselho Superior de Saúde Pública sobre cortiço é dramático, um outro, na Jornada de Habitação Econômica, deixa claro como apenas o termo gera sensações e sentimentos como repugnância e compaixão:

Cortiço! A palavra parece mágica, produzindo quase sempre efeitos semelhantes: trejeitos ou expressões fisionômicas, que querem significar o sentimento de compaixão mesclado de repugnância. E as frases seguem-se tendo como parcelas indispensáveis: que falta higiene, promiscuidade, imoralidade, miséria... (VIANNA, 1942: 133).

O texto segue e questiona se esse tipo de reação não seria exagero, para provar que assim não é, faz relatos de cortiços com famílias inteiras morando em apenas um cômodo e alojamentos sem ventilação. É inquestionável que esse tipo de moradia seja um problema a ser solucionado, ao passo que existe outra questão envolvida nos discursos expostos.

Imagens dramáticas como essas foram repetidamente atribuídas aos cortiços, mas segundo alguns trabalhos a discussão sobre a qualidade da moradia não foi, a princípio, a questão central entre a classe mais interessada, os trabalhadores. O capítulo do livro *Os Excluídos da História* chamado “Os Operários, a Moradia e a Cidade no Século XIX” (PERROT, 1988: 101-125), no qual Michelle Perrot trata da relação do operariado com a habitação, no século XIX na França, tem como uma de suas conclusões que durante muito tempo o operariado não tinha a aquisição da moradia como principal preocupação, e sim o valor do aluguel que retirava grande porcentagem dos salários (PERROT, 1988:102). A preocupação com o conforto e higiene não fazia parte das questões levantadas pelos operários. Eles foram, inclusive, contrários à intensa reforma de Paris na qual uma das principais intenções consistia em diminuir a densidade populacional no centro da cidade.

Esse ordenamento periférico, porém, não passa de um complemento ou de uma alternativa desfavorável. A ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar. [...]

Isso dá ideia do traumatismo que representa aquilo que se costuma chamar de haussmannização, essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis gerados pelas demolições (PERROT, 1988: 119)

Para os engenheiros, médicos e profissionais, ou autoridades em geral que discutiam o tema, os cortiços representavam algo nocivo, e seus principais adversários seriam as casas unifamiliares próprias. Esse padrão habitacional deveria ser defendido como “potencia de vida”, ao passo que foi conferido ao seu opositor “imagens da violência e de morte”. A habitação como o bem da família, representaria o fruto do homem perfeitamente integrado na sociedade capitalista por ser proprietário, por ser providente em relação ao dinheiro e manter a família segura garantindo seu espaço privado.

Jaques Donzelot explica em seu livro *A polícia das famílias* que na metade do século XIX a habitação popular possuía novas funções. Além de servir a segurança das pessoas que lá habitavam e seus pertences, o espaço habitacional deveria ser o ambiente da família, reduto longe dos desconhecidos e de serventia pedagógica.

Ao lutarem contra a insânia e a imoralidade desses casebres e porões, os higienistas também lutavam contra uma concepção do habitat como abrigo, como lugar de defesa, de autonomia. Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não mais um espaço ‘militar’, banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas (DONZELOT, 1986: 43)

Ainda segundo Donzelot após o estabelecimento da necessidade de se promover e proteger a família, a habitação teria o papel de manter as relações de acordo com os preceitos morais e as pessoas longe de perigos como a promiscuidade e os vícios. Para isso a habitação deveria abrigar somente uma família, e seguir a divisão por cômodos, de modo que os pais pudessem vigiar seus filhos: “Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos” (DONZELOT, 1986: 46).

A manutenção da moral era um argumento importante e ela foi associada à higiene, complementando e legitimando uma a outra. Alain Corbin em seu livro *Saberes e Odores* mostra essa relação entre higiene e moral através de comentários sobre como o preso reabilitado era aquele que sabia se limpar (CORBIN, 1987: 144), a necessidade de higienizar seria simultânea a de moralizar.

A falta de higiene não era a única agregada à moral corrompida, a pobreza também foi vista como facilitadora de vícios. Muitos discursos defensores do trabalho

como meio de ascensão social e aquisição de bens, tentam mostrar que a consequência da carência de meios materiais era a delinquência. O texto do assistente social Francisco de Paula Ferreira, apresentado na Jornada da Habitação Econômica em 1941 expõe claramente essas articulações:

Qual razão última dêste paralelismo entre a cópia de bens temporais e o bem-estar moral dos indivíduos e dos grupos? E' que o homem, por força mesmo da união entre o princípio informante e o corpo, não deve desconhecer as necessidades dêste, embora seja aquêle o subordinante de seus atos racionais. Onde escasseiam os recursos de subsistência, cresce, em proporção inversa, o vício, baixando o nível de moralidade (FERREIRA, 1942: 171).

Portanto as decisões morais do homem estariam, em parte, a mercê de suas necessidades. As boas condições materiais ofereciam melhores possibilidades para a “prática da virtude”, como é argumentado no mesmo texto: “Podemos afirmar, tendo por nós a argumentação da filosofia perene, que há uma certa relação de necessidade entre um mínimo de bens materiais e a prática da virtude, entre as condições da habitação e o florescer das virtudes domésticas.” (FERREIRA, 1942: 170)

Valendo-se do que já foi proferido até então, os discursos de especialistas que condenam de forma tão veemente cortiços parecem tentar mobilizar sentimentos através da articulação de conceitos dicotômicos como: virtude e vício, morte e vida, bom e mal. A tentativa de ampliar e intensificar tais sentimentos pode ficar por conta dos danos que moradias em desajuste deveriam causar a toda sociedade, como enunciado em tom de alerta em outro texto:

O problema da habitação afeta direta ou indiretamente todos os membros da comunidade. [...] Indiretamente, aquêles que, não vivendo nelas, sofrem em virtude das desvantagens decorrentes das habitações indesejáveis como lugares de maior delinquência, de controle social deficiente, de promiscuidade perigosa para os bons cânones da moral, de desorganização da família, de focos de moléstias e de endemias que representam; das práticas de má ordem que induzem (RUDOLFER, 1942: 30).

Com base nisto não pretendo defender condições precárias de moradia, mas sim questionar como o discurso é tecido contra ela e de certa forma contra toda a população que assim reside. Não há violência ou ódio abertamente declarados aos pobres e aos cortiços, porque estes discursos contêm o respaldo do conhecimento científico ou especializado, o que lhes confere uma frágil neutralidade ou apartidarismo. Mas, neles

existem evidências de que a culpa da delinquência, de vícios, de promiscuidade, e o que pode ser considerado desajustes na sociedade, é atribuída à população pobre.

Por fim é importante enfatizar que os autores de tais textos não fazem parte dessa classe, são profissionais da primeira metade do século XX na capital paulista, há então uma evidente diferença de classe. Então, seria elite profissionalizada, que circulava por cargos públicos, como exemplos posso citar alguns dos prefeitos da cidade de São Paulo que foram engenheiros, é o caso de Anhaia Mello e Prestes Maia. Este é o perfil dos autores dos textos apresentados, que discutem o modo de vida da população pobre, imputando nela, alguma culpa pelos problemas sociais. Com base nessa conjuntura finalizo colocando um questionamento: a postura presente nestes textos não seria um sintoma do ressentimento de uma classe dominante, de uma elite, em relação àqueles que consideram inferiores?

Bibliografia

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. Mal-estar ou fim dos amores políticos? In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 25-26, p. 56-80, Jul./Dez 2001/jan./Jun.2002.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Vitória da Razão (?): o IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

BONDUKI, Nabil. *As Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: RiMa, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. *A Construção de um Sonho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

CERASOLI, Josianne F. *Modernização no plural: Obras Públicas, Tensões Sociais e Cidadania em São Paulo na Passagem do Século XIX para o XX*. Campinas, tese de doutorado/ IFCH-UNICAMP (dep. de história), 2004.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o Olfato e o Imaginário social nos Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fabricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERREIRA, Francisco de Paula. A Habitação e a Moral. In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, volume 82, ano 8, p. 163-176, 1942.

HALL, Michael M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 121-151, 2004.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX, in PERROT, Michelle *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Boltmam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 121-125, 1988.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo : USP, 1994.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

RUDOLFER, Bruno. O problema social da habitação. In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, volume 82, ano 8, p. 29-59, 1942.

VIANNA, Jacy Coutinho. O Ideal em Habitação Coletiva. In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, volume 82, ano 8, p. 133-142, 1942.